



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL TADEU ALENCAR PSB/PE**

Apresentação: 11/02/2021 10:49 - PLEN  
EMP 7 => PL 5638/2020  
EMP n.7/0

**PROJETO DE LEI nº 5638/2020**  
(Dos Srs. Felipe Carreras, Bibo Nunes André de Paula,  
Fred Costa, Ricardo Silva e outros)

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da COVID-19.

**EMENDA DE PLENÁRIO N°**  
(Do Sr. Tadeu Alencar, da Sra. Lídice da Mata e outros)

Insiram-se, onde couberem, os seguintes artigos ao Projeto de Lei nº 5638/2020:

Art. Os arts. 55 e 56 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. Até 31 de dezembro de 2030, as empresas proprietárias, locatárias ou arrendatárias de salas, espaços ou locais de exibição pública comercial exibirão obras cinematográficas brasileiras de longa metragem, por um número de dias fixado, anualmente, por decreto, ouvidas as entidades representativas dos produtores, distribuidores e exibidores.

.....

.....

§ 4º O decreto mencionado no caput deste artigo estabelecerá condições especiais para as obras cinematográficas brasileiras de longa metragem, que tenham sido premiadas em festivais e concursos nacionais ou internacionais, podendo estabelecer período de exibição até 50% (cinquenta por cento) superior às demais obras.” (NR)

Art. 56. Até 31 de dezembro de 2030, as empresas de distribuição de vídeo doméstico deverão ter um percentual anual de obras brasileiras cinematográficas e videofonográficas entre seus títulos, obrigando-se a lançá-las comercialmente.

.....” (NR)

Documento eletrônico assinado por Tadeu Alencar (PSB/PE), através do ponto SDR\_56161, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato LexEditada Mesa n. 80 de 2016.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL TADEU ALENCAR PSB/PE**

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda de plenário tem por objetivo prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras - a chamada cota de tela - até 2030, e determinar condições especiais referentes à exibição de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem premiadas em festivais e concursos nacionais ou internacionais.

A sua inclusão no texto do Projeto de Lei é essencial tendo em vista que o prazo previsto legalmente para a cota de tela se encerrará em setembro deste ano e poderá prejudicar toda a cadeia produtiva do audiovisual, caso não prorrogada a tempo.

Conforme explicado no Projeto de Lei nº 5092/2020, de autoria da colega Lídice da Mata, que fundamenta a presente emenda, o art. 55 da Medida Provisória (MPV) nº 2.228-1, de 2001, trata da cota de tela para a exibição de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem, cujo número de dias deve ser fixado anualmente por decreto. De acordo com a MPV, cabe à ANCINE a edição anual do referido decreto, bem como o controle do cumprimento da cota.

A cota de tela tem por objetivo assegurar uma reserva de mercado para o produto nacional frente à maciça presença do produto estrangeiro nas salas de cinema. Ao permitir um escoamento mínimo da produção brasileira, ela amplia o acesso ao público e promove a diversidade dos títulos em cartaz.

No final de 2018, a ANCINE aprovou o novo modelo para aferição da cota de tela de 2019. O modelo aprovado consolida a proposta de aferição por sessão, em consonância com a prática já estabelecida pelo mercado. A medida prevê ainda incremento de 20% do cumprimento da cota para sessões após às 17h, e a divulgação das médias das salas, o que reduzirá a assimetria de informação no setor, dando mais transparência na negociação para a manutenção de obras brasileiras em exibição.

Todavia, não se pode negar que o filme nacional ainda é muito pouco visto em relação aos filmes estrangeiros em cartaz, mesmo diante do destaque, nos últimos anos, da produção cinematográfica brasileira por sua qualidade, com inúmeros títulos recebendo selos de qualidade de importantes festivais internacionais.

Assim por exemplo, em 2017, os festivais internacionais de Roterdã e de Berlim, selecionaram, respectivamente, 15 e 13 títulos brasileiros. E, em 2019, os filmes "Bacurau", de Kléber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, e "A Vida Invisível", de Karim Aïnouz, vêm sendo aplaudidos e premiados em diversos festivais e amostras de cinema internacionais. O filme Bacurau recebeu o Prêmio do Júri no Festival de Cannes e foi escolhido como Melhor Filme na principal mostra do Festival de Cinema de Munique, na Alemanha. Além

Documento eletrônico assinado por Tadeu Alencar (PSB/PE), através do ponto SDR\_56161, e (ver rol anexo),  
na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato LexEdita Mesan. 80 de 2016.



Apresentação: 11/02/2021 10:49 - PLEN  
EMP 7 => PL 5638/2020  
EMP n.7/0



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL TADEU ALENCAR PSB/PE**

desses, o longa conquistou outros três prêmios no 23º Festival de Cine de Lima, no Peru: Melhor Filme, Melhor Direção e Prêmio da Crítica Internacional. Já o filme A Vida Invisível venceu a mostra Um Certo Olhar, de Cannes, e foi escolhido pela Academia Brasileira de Cinema para representar o Brasil na disputa por uma vaga de melhor filme estrangeiro no Oscar 2020. Diante disso, é importante que filmes como esses tenham maior visibilidade, para que o brasileiro tenha oportunidade de conhecê-los e, a partir deles, passe a valorizar e a apreciar assistir aos filmes nacionais com mais frequência.

O cinema sempre foi importante ferramenta formadora de identidade. Países como os Estados Unidos da América se valem do poder da indústria cinematográfica para disseminar seus valores e sua cultura não apenas para os norte-americanos, como para o resto do mundo. O nosso país possui uma diversidade cultural riquíssima. É preciso que as produções cinematográficas de qualidade que estão sendo produzidas nas diferentes regiões sejam conhecidas e apreciadas pelas demais. Para tanto, é necessário dar maior espaço para a exibição dessas obras de forma que o público tenha tempo e oportunidade de encontrá-las e assisti-las.

Por essas razões, a prorrogação da atual política de cota de tela, prevista para encerrar em setembro de 2021, se mostra indispensável para garantir que o audiovisual brasileiro continue galgando espaço e, desta forma, possa continuar contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

Da mesma forma, por meio do acréscimo de parágrafo ao art. 55 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001, sejam concedidas condições especiais às obras cinematográficas brasileiras que tenham conquistado premiações em festivais e eventos congêneres nacionais ou internacionais. Tal medida assegurará permanência mais prolongada nas salas de exibição, permitindo que uma fatia maior do público conheça as obras premiadas.

Sendo assim, espero contar com o apoio dos nobres colegas a esta iniciativa, por acreditar que medidas dessa natureza contribuirão sobremaneira para uma melhor divulgação dos filmes brasileiros nos concursos nacionais e internacionais e para que o público reconheça cada vez mais o cinema nacional, valorizando sua identidade e sua capacidade de levar às telas peculiaridades da nossa cultura.

**Deputado TADEU ALENCAR**  
**PSB/PE**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL TADEU ALENCAR PSB/PE**

Apresentação: 11/02/2021 10:49 - PLEN  
EMP 7 => PL 5638/2020  
**EMP n.7/0**

Documento eletrônico assinado por Tadeu Alencar (PSB/PE), através do ponto SDR\_56161, e (ver rol anexo),  
na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato

LexEditada Mesa n. 80 de 2016.



\* C 0 0 5 7 3 5 7 6 3 7 7 1 5 2 0 7 5 7 3 0 0 \*



# **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Tadeu Alencar)**

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 2030, e determinar condições especiais referentes à exibição de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem premiadas em festivais e concursos nacionais ou internacionais.

Assinaram eletronicamente o documento CD215776357300, nesta ordem:

- 1 Dep. Tadeu Alencar (PSB/PE)
- 2 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) - LÍDER do PSB \*-(P\_7693)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.